



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 74/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 32/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa da Secretaria Municipal de Educação. O pedido contém a relação de gêneros alimentícios, higiene e limpeza a serem adquiridos no ano letivo período 21/22.

O objeto da licitação é a aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza e manutenção das escolas municipais.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

O objeto está descrito conforme exige a legislação vigente, contendo a descrição detalhada, quantidades valores e peso.



Nesta fase interna da licitação, onde a Prefeitura manifesta o desejo em licitar, será definido o objeto ou o serviço desejado, estabelecendo sua prévia cotação, a documentação da reserva orçamentária a forma de pagamento para tal fim. Tudo levado à efeito pela comissão de licitação, a qual está incumbida de coordenar os trabalhos até a conclusão do processo. Ainda ao final deve estar formalizado o edital e a minuta do contrato segundo os requisitos delimitados pela legislação, após autorização da autoridade competente, quando a fase se exaure para dar início à sua publicização.

Encontram-se anexados orçamento com preços estimativos praticados no mercado da cidade.

O Edital foi formulado de acordo com o que dispõe a Lei 8666/90, contendo as regras e informações necessárias para alcançar o êxito da licitação, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

O Termo de Referência Anexo I, informa que se trata de registro de preços, e que a Prefeitura não está obrigada a contratar nas quantidades licitadas, nos termos da Lei n.º 10520/02.

Não há indicação de marca dos produtos, o que atende ao artigo 15 da Lei 8666/90:

Veja-se:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...] § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca”.

A modalidade de licitação é regida Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de Agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital. O Anexo I do Edital, cumpre adequadamente a exigência.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:



(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

As vantagens para a Administração Pública na utilização do sistema de registro de preços, é a possibilidade de fracionamento das aquisições, a padronização dos preços, a redução de volume de estoques a desnecessidade de dotação orçamentária, a redução dos gastos e simplificação administrativa, a rapidez na contratação e otimização dos gastos públicos, atualidade dos preços dentre outras.

Além das vantagens na utilização do SRP, há que ser observado que só poderá ser adotado de atendidas as exigências constantes nas hipóteses do artigo 3.º do Decreto Federal n.º 7892/2013:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

Em que pese o Termo de Referência apontar quantidades de produtos e a demanda, há possibilidade concreta de alteração da quantidade de alunos, o que fará redundar na alteração da quantidade a ser adquirida. Ademais os produtos serão adquiridos para o fornecimento direto às escolas localizadas dentro e fora da sede do município. (Art. 3.º do Decreto Federal n.º 7892/2013.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

No caso, o Edital, os anexos e a minuta de Contrato atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação. .

S. M. J.

Porto Esperidião, 09 de dezembro de 2021.

José de Barros Neto

OAB-MT 8841-B